



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**DISPÕE** sobre a reorganização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

## **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**

### **DECRETA:**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA NATUREZA E FINALIDADE**

**Art. 1º** O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas (CEDCA/AM), criado pela Lei nº 1.988, de 11 de outubro de 1990, passa a ser regido pelas disposições desta Lei.

**Art. 2º** O CEDCA/AM, órgão deliberativo da política de proteção da criança e adolescente, de caráter permanente, normativo, consultivo, controlador, interventivo na gestão do poder público na forma do que estabelece a Constituição Federal e Estadual e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil e vinculado à Secretaria de Estado com atuação na Política de atendimento à Criança e ao Adolescente.

**Art. 3º** O CEDCA/AM tem por finalidade deliberar sobre as políticas de atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações voltadas para crianças e adolescentes do Estado do Amazonas.

**Parágrafo único.** Nas temáticas da infância em que há responsabilidade de mais de uma política pública, cabe ao CEDCA/AM à convocação de gestores para definição de metas conjuntas.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 4º** Compete ao CEDCA/AM:

I – estabelecer e aprovar as diretrizes de funcionamento de seu colegiado, em consonância com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as resoluções e recomendações do CONANDA e as Convenções Internacionais;

II – estabelecer e aprovar as diretrizes orientadoras das políticas estaduais de atendimento, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, em consonância com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Convenções Internacionais;

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950  
Parque 10 de Novembro, Manaus, Amazonas  
CEP 69.050 – 030





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**III** – zelar pela garantia dos direitos da criança e do adolescente referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, bem como mantê-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

**IV** – contribuir para a transformação das determinações econômicas, condicionamentos políticos, antropológicos, sociais e jurídico-institucionais e dos fatores histórico-culturais, visando a oferecer à criança e ao adolescente condições dignas de existência, garantia dos direitos constitucionais e a forma de participação na sociedade;

**V** – estabelecer prioridades de atuação na área dos direitos da criança e do adolescente, de forma a garantir que ações de governo, em suas diversas políticas públicas contemplem a universalidade de acesso aos direitos humanos de crianças e adolescentes estabelecidos pelo Estado;

**VI** – mobilizar e articular as entidades da sociedade civil e organismos do poder público para dar cumprimento às diretrizes traçadas pelo Conselho, bem como às políticas delas decorrentes;

**VII** – difundir as políticas sociais básicas voltadas à criança e ao adolescente;

**VIII** – dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos humanos de criança e do adolescente que são apresentadas ou comunicadas, acompanhando a execução das medidas necessárias à sua apuração;

**IX** – fomentar e apoiar a realização de eventos, fóruns de debates, estimular estudos, formação e capacitação de atores sociais que atuam ou que venham a atuar na área dos direitos humanos de criança e adolescente;

**X** – acompanhar, avaliar e fiscalizar o cumprimento das políticas estadual e municipais referentes à promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, mantendo, inclusive, permanente articulação nas diferentes esferas;

**XI** – manter interface com bancos de dados existentes que contenham informações sobre crianças e adolescentes;

**XII** – controlar, monitorar e acompanhar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA;

**XIII** – deliberar, fiscalizar e exercer o controle do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente do Amazonas (FECA) para a aplicação dos recursos;

**XIV** – examinar e deliberar, preliminarmente, os projetos das organizações governamentais e da sociedade civil que visem ao financiamento das suas ações pelo FECA;

**XV** – definir a política de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir o Fundo Estadual da criança e do adolescente;

**XVI** – acompanhar e fiscalizar o cumprimento do orçamento público estadual destinado ao financiamento das ações de atendimento;

**XVII** – incentivar e apoiar tecnicamente as ações dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente;



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**XXVIII** – articular-se com os conselhos nacional, estaduais e municipais, com segmentos da sociedade civil, conselhos tutelares, instituições nacionais e internacionais, visando estabelecer comunicação eficiente e permanente de informações entre essas instâncias nos processos de planejamento e decisões com a atuação na área de proteção, controle, promoção, defesa e garantia dos direitos humanos de criança e adolescente;

**XIX** – definir com os Poderes Executivo e Legislativo estadual o percentual e dotação orçamentária a ser destinada à execução das políticas públicas para a criança e adolescente, bem como acompanhar a sua aplicação;

**XX** – propor modificações, quando necessárias, nos serviços e programas que visem ao atendimento, à promoção, à proteção e à garantia e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente;

**XXI** – eleger a mesa diretora do CEDCA/AM com voto da maioria simples dos seus membros;

**XXII** – convocar a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente com o Poder Executivo estadual, ao qual cabe propiciar a infraestrutura;

**XXIII** – zelar pelo cumprimento das obrigações e da garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente previstos nas constituições federal e estadual, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Convenções internacionais;

**XXIV** – promover e apoiar campanhas educativas que promovam os direitos humanos da criança e do adolescente, por todos os meios possíveis;

**XXV** – publicar as suas deliberações no órgão de imprensa oficial do Estado;

**XXVI** – elaborar e revisar o seu regimento interno que deve ser aprovado por dois terços de seus membros;

**XXVII** – deflagrar o processo eleitoral do CEDCA/AM, conforme o estabelecido no regimento interno;

**XXVIII** – propiciar apoio técnico aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos Conselhos Tutelares, bem como aos órgãos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil, no sentido de tornar efetivos princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da criança e do Adolescente;

**XXIX** – oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses da criança e do adolescente;

**XXX** – deliberar originalmente ou em grau de recurso, sobre matéria de sua competência, não prevista neste artigo;

**XXXI** – desenvolver atividades correlatas.

**XXXII** – garantir a participação em forma do Comitê de Participação de Adolescente – CPA, que é um órgão colegiado formado por adolescentes escolhidos no âmbito dos espaços de participação de adolescentes no Conselho Estadual e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, participantes de grupos sociais diversos.

**Parágrafo único.** Para a execução de suas competências, o CEDCA/AM atuará de forma articulada às políticas públicas e ao conjunto de ações governamentais e da sociedade civil organizada, norteadas pela proteção integral prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

### CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

**Art. 5º** O CEDCA/AM é composto por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 07 (sete) representantes do Poder Público da execução da política de atendimento à criança e ao adolescente e 07 (sete) da sociedade civil organizada, eleitos pelo Fórum Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Estado do Amazonas – FEDCA/AM.

**§ 1º** As organizações da sociedade civil, que participarem do Conselho, com atuação no estado há pelo menos 2 (dois) anos, deverão conter em seus estatutos sociais a atuação no atendimento, na promoção ou na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

**§ 2º** Integrarão o Conselho, representantes das seguintes áreas de atuação na política de atendimento à criança e ao adolescente do poder público estadual:

I – assistência social;

II – educação;

III – saúde;

IV – segurança pública;

V – orçamento e finanças;

VI – cultura;

VII – secretaria institucional que desenvolva política de atendimento à criança e ao adolescente no Estado do Amazonas;

**§ 3º** A representação da sociedade civil no CEDCA/AM, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente ao processo de escolha realizado conforme as diretrizes do FEDCA/AM.

**Art. 6º** Os membros governamentais do CEDCA/AM serão designados por ato do Governador do Estado do Amazonas, levando em consideração o compromisso assumido para uma prática ética, que atenda às exigências dos saberes associados às políticas de acompanhamento, avaliação, controle e deliberação das ações públicas de promoção e defesa desenvolvidas pelo Sistema de Garantia de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, para mandato de quatro anos e empossados.

**Art. 7º** Os conselheiros serão designados para mandatos de quatro anos, podendo ser reconduzidos apenas uma vez.

**§ 1º** No caso de extinção de entidades representadas, desistência ou perda de seu direito, caberá ao CEDCA/AM à indicação de novos representantes.

**§ 2º** O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas (CEDCA/AM) funcionará de maneira ininterrupta, devendo, caso haja necessidade de prorrogações de mandatos serem estas deliberadas pelo Conselho até que uma nova composição seja estabelecida por meio de ato governamental.

**Art. 8º** O Regimento Interno, respeitando às necessidades, estabelecerá os critérios de recondução da organização da sociedade civil à sua função, devendo, em qualquer caso, submeter-se à nova eleição, vedada a prorrogação de mandatos ou a recondução automática.



## CAPÍTULO IV

### DOS IMPEDIMENTOS, DA CASSAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

**Art. 9º** Não poderão compor o CEDCA/AM:

- I – membros de conselhos paritários;
- II – membros de órgãos de outro nível de governo, municipal e federal;
- III – representantes que exerçam simultaneamente a direção de órgão governamental e da sociedade civil;
- IV – conselheiros tutelares no exercício de sua função.

**Parágrafo único.** Não poderão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas, na forma do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 10.** O conselheiro, por deliberação do Plenário, será substituído quando:

I – faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões intercaladas no prazo de um ano, sem o comparecimento do seu suplente, salvo apresentação de justificativa por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a realização da reunião;

II – for determinado, em procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento de que tratam os artigos 191 a 193 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a suspensão cautelar do dirigente da entidade, conforme prevê o art. 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 do mesmo diploma legal;

III – for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, após a instauração do devido processo legal, no qual lhes sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;

IV – for condenado, com sentença transitada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes ou infrações administrativas previstos nos Capítulos I e II, do Título VII, do Livro II, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

V – for condenado, com sentença transitada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes previstos no Código Penal ou legislação extravagante.

**§ 1º** A cassação do mandato dos membros do CEDCA/AM, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, no qual se garantam o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos conselheiros.

**§ 2º** A substituição ocorrerá no prazo máximo de quinze dias sendo que o conselheiro substituído pelas infrações cometidas, não poderá ser reconduzido pelo poder público ou pela organização que representa.

**§ 3º** As faltas não justificadas do conselheiro deverão ser informadas ao órgão governamental ou à entidade da sociedade civil a qual pertence.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**Art. 11.** O Órgão governamental e a sociedade civil poderão substituir seus representantes, a qualquer tempo, justificando por escrito ao CEDCA/AM.

**CAPÍTULO V**  
**DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 12.** O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas terá a seguinte estrutura organizacional:

- I – plenário;
- II – presidência e vice-presidência;
- III – secretário geral;
- IV – comissões temáticas e grupos de trabalho;
- V – secretaria executiva composta por um (a) Secretário(a) Executivo(a) e demais servidores designados.

§ 1º As atribuições e funcionamento dos órgãos do Conselho estabelecidos no caput deste artigo serão definidos e regulamentados no Regimento Interno.

§ 2º Os membros do Conselho, no prazo de dez dias após a posse, deverão reunir-se em assembleia com a finalidade de eleger os integrantes da Diretoria.

§ 3º Além de seus membros, o CEDCA/AM terá uma Secretária Executiva, indicada pelo Poder Executivo Estadual.

§ 4º Os cargos definidos no caput deste artigo terão suas atribuições e competências definidas no Regimento Interno.

**Art. 13.** O Plenário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu presidente ou, extraordinariamente, mediante sua convocação ou de um terço dos membros, observado, em ambos os casos, o prazo de até 5 (cinco) dias para a convocação, sendo as reuniões abertas ao público.

**Art. 14.** As despesas decorrentes do funcionamento e das atividades do CEDCA/AM constarão no orçamento do órgão estadual ao qual esteja vinculado, cabendo a este dar aporte financeiro, técnico e administrativo.

**Art. 15.** Os membros do CEDCA/AM não farão jus a nenhuma remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público ao Estado, com seu exercício prioritário em relação ao labor público, justificáveis às ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

§ 1º Caberá à administração pública, no nível correspondente, o custeio das despesas decorrentes de deslocamento dos membros da sociedade civil do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que se façam presentes às reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais representem oficialmente o CEDCA/AM, para o que haverá dotação orçamentária específica.

§ 2º As despesas dos membros governamentais serão de responsabilidade do órgão de origem do conselheiro.





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**Art. 16.** A Mesa Diretora do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas será constituída pelo presidente e vice-presidente, que serão escolhidos entre os seus membros.

§ 1º A presidência e a vice-presidência do CEDCA/AM serão exercidas paritariamente e preferencialmente de forma alternada por representante do poder público estadual e por representante da sociedade civil, para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reconduzidas por mais dois anos por deliberação do Plenário.

§ 2º No caso de substituição de conselheiros membros da diretoria do CEDCA/AM, a nova composição ficará a cargo do colegiado, que fará nova escolha, para conclusão do mandato.

§ 3º As atribuições e competências da Mesa Diretora do CEDCA/AM constarão no Regimento Interno.

§ 4º Em eventual ausência dos membros da diretoria, assumirá outro conselheiro (a) para exercer a presidência.

**Art. 17.** As Comissões são órgãos auxiliares de deliberação coletiva, constituídas pelo plenário do Conselho dentre seus membros ou do concurso de pessoas de reconhecida competência, desde que previamente aprovado em plenária.

§ 1º A constituição de comissões permanentes ou transitórias será efetivada por deliberação da maioria dos membros do Conselho e publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas;

§ 2º As normas de funcionamento das comissões serão estabelecidas no Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas.

## CAPÍTULO VI

### DO FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO AMAZONAS (FECA)

**Art. 18.** O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente do Amazonas (FECA/AM) tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados à implantação e à implementação da Política Estadual de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria que desenvolve a política de atendimento à criança e ao adolescente, cuja competência será de administrar os recursos, após deliberação do colegiado.

§ 1º Os recursos de que trata o caput destinam-se a apoiar financeiramente a execução dos programas, projetos e atividades que tenham como objetivo assegurar direitos, garantindo a proteção integral à infância e à adolescência; efetuar estudos e diagnósticos; promover a formação de pessoal; a divulgação dos direitos da criança e do adolescente e o reordenamento institucional.

§ 2º Os recursos destinados ao financiamento de programas governamentais de âmbito municipal, serão repassados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de cada município.

§ 3º Quaisquer doações, incentivadas ou não, adquirem o *status* de recurso público na medida em que passam a constituir reserva de receita para uso do Fundo e estarão subordinadas às normas legais que regem a gestão dos recursos públicos.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**Art. 19.** Constituem recursos do FECA/AM:

- I – dotação consignada no orçamento do Estado e créditos suplementares que lhe forem destinados;
- II – repasse de recursos financeiros de órgãos federais;
- III – doações de entidades nacionais, internacional e multilaterais, governamentais ou não-governamentais;
- IV – rendimentos das aplicações realizadas pelo Fundo;
- V – auxílios, subvenções ou transferências dos governos federal ou estadual;
- VI – legados, doações e outras receitas que, legalmente, lhe possam ser incorporados;
- VII – valores provenientes de multas decorrentes de condenação em ações cíveis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- VIII – bens e serviços;
- IX – outros que venham a ser instituídos.

**Art. 20.** O saldo financeiro do FECA/AM, apurado em balanço no final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte.

**Art. 21.** São atribuições do órgão executor do FECA/AM:

- I – registrar os recursos orçamentários próprios do Fundo ou a ele transferidos por meio de convênios, termo de cooperação técnica ou por doação, em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II – manter o controle contábil das aplicações financeiras levadas a efeito no Estado, nos termos das deliberações do CEDCA/AM;
- III – executar o cronograma de liberação de recursos específicos, segundo plano de ação aprovado pelo CEDCA/AM;
- IV – apresentar, trimestralmente, na reunião do CEDCA/AM o registro dos recursos captados pelo FECA, bem como seu destino;
- V – apresentar, para aprovação do CEDCA/AM, o plano de ação, o plano de aplicação e a prestação de contas, conforme a origem das dotações orçamentárias.

**Art. 22.** Em relação ao Fundo, compete ao Conselho:

- I – estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos financeiros;
- II – acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados;
- III – avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual;
- IV – solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades do Fundo;
- V – mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações;
- VI – fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do Fundo.







**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO AMAZONAS

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23.** As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão dispostas no seu Regimento Interno.

**Art. 24.** Fica revogada a Lei nº 2.368-C, de 22 de dezembro de 1995.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 21 de outubro de 2025.

Deputado **ROBERTO CIDADE**  
Presidente

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950  
Parque 10 de Novembro, Manaus, Amazonas  
CEP 69.050 – 030





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO - EM 21/10/2025 14:15:57

